



Estudos da AIL em

Ciências da Linguagem: Língua, Linguística, Didática
Teoria e Metodologia. Relacionamento nas Lusofonias I e II
Literatura, História e Cultura Portuguesas
Literatura, História e Cultura Brasileiras
Literaturas e Culturas Africanas de Língua Portuguesa



Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Brasileiras



Associação Internacional de Lusitanistas

A associação internacional de estudos lusófonos

Estudos da AIL em Literatura, História e Culturas Brasileiras

Raquel Bello Vázquez
Roberto Samartim
Elias J. Torres Feijó
Manuel Brito-Semedo
(eds.)



Estudos da AIL em
Literatura, História
e Cultura Brasileiras

Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Brasileiras
1ª edição: novembro 2015

Raquel Bello Vázquez, Roberto Samartim, Elias J. Torres Feijó e Manuel Brito-Semedo (eds.)

Santiago de Compostela - Coimbra, 2015
Associação Internacional de Lusitanistas

Nº de páginas: 182
Índice, páginas: 7-8

ISBN: 978-84-15166-58-0
Depósito legal: A 000-2015

CDU: 82(09) Crítica literária. História da literatura.

© 2015 AIL Editora

Diagramação e capa: Rinoceronte Servizos Editoriais

Os textos foram submetidos a dupla avaliação anónima e aprovados para a sua posterior publicação.

Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Brasileiras

Raquel Bello Vázquez
Roberto Samartim
Elias J. Torres Feijó
Manuel Brito-Semedo
(eds.)

Associação Internacional de Lusitanistas (AIL)

Índice

Nota do Presidente da AIL. Genius Loci: a AIL em Cabo Verde.....	9
Nota da Comissão Científica.....	11
Nota do Presidente da Comissão Organizadora.....	13
Moderna dramaturgia brasileira rodriguiana: recepção e semiose.....	15
Ângela Maria da Costa e Silva Coutinho Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ (Brasil)	
Romance e política no Brasil.....	25
Benedito Antunes Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Brasil)	
Jorge Amado e a perseguição nazifascista aos “antissociais marginalizados”.....	35
Benedito José de Araújo Veiga Universidade Estadual de Feira de Santana (Brasil)	
Sobras e sombras de memórias da resistência.....	43
Beth Brait PUC-SP/USP/CNPq (Brasil)	
Decoro, adequação e louvor na obra da Academia Brasileira dos Esquecidos.....	53
Carlos Eduardo Mendes de Moraes Universidade Estadual Paulista (Brasil)	
“Os Federais” e a performance de literatura como instrumento de reflexão política.....	63
Érica Rodrigues Fontes Universidade Federal Piauí (Brasil)	
(Des)Memória e Catástrofe. Considerações sobre a literatura pós-64.....	69
Ettore Finazzi-Agrò Sapienza Universidade de Roma (Itália)	
Biografia e criação literária: o golpe militar de 1964.....	75
Giovanni Ricciardi Università degli Studi Napoli-l’Orientale (Itália)	
“Duelo”: Conto de Paralelismo e Desmistificação.....	81
Gloria Carneiro do Amaral Universidade de São Paulo / Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)	
Sendas de Machado de Assis no caminho dos livros.....	87
Juracy Assmann Saraiva Universidade Feevale (Brasil)	

O <i>habitus</i> e o espaço dos possíveis: a literatura de autoria feminina paranaense/brasileira	103
Lúcia Osana Zolin Universidade Estadual de Maringá – UEM (Brasil)	
Transformações da heroicidade épica em <i>A Independência do Brasil</i> , de Teixeira e Sousa.....	109
Marcos Machado Nunes Ruhr-Universität Bochum (Alemanha)	
Os Estados Unidos em <i>A Volta do Gato Preto</i> , de Erico Verissimo: Cartas a Vasco Bruno	123
Maria da Glória Bordini UFRGS / CNPq (Brasil)	
Leituras femininas: a <i>Biblioteca das Moças</i> e a formação de públicos no Brasil nas décadas de 1920-1960	131
Mirian Hisae Yaegashi Zappone Universidade Estadual de Maringá (Brasil)	
Além das praias. Cultura, identidade, turismo cultural sustentável no Brasil : uma pesquisa	143
Pierfranco Malizia Universidade LUMSA de Roma (Itália)	
Desaparição política e ditadura militar no Brasil: a literatura como ato de restituição	151
Roberto Vecchi Università di Bologna (Itália)	
A autorreflexividade na épica indianista romântica (Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Zorrilla de San Martín, Daniel Campos)	157
Roger Friedlein Ruhr-Universität Bochum (Alemanha)	
Violência e Marginalidade em dois Contos Brasileiros	165
Rosangela Sarteschi Universidade de São Paulo (Brasil)	
Antônio Vieira e João Felipe Bettendorff - dois missionários que marcaram a história da Amazônia do século XVII	173
Volker Jaeckel Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)	

Nota do Presidente da AIL Genius Loci: a AIL em Cabo Verde

O que significou para a AIL a organização do congresso no Mindelo em 2014? Não foi só o primeiro congresso em África da Associação que marca assim a sua projeção sempre mais global, ampliando o eixo Europa-América historicamente sedimentado, ao comemorar os 30 anos da sua bem enraizada história.

As novidades da virada foram múltiplas: uma nova governância, outros papéis diretivos, novos projetos a inaugurar entre os quais uma plataforma -a plataforma9- com que estreitar no quotidiano as relações com os associados durante anos. Foi sobretudo a ocasião de um contacto intenso com Cabo Verde, São Vicente com o Mindelo cultural, musical e literário e Santo Antão, a ilha dos Flagelados do vento leste de Manuel Lopes, magnífica em seu perfil natural, áspero e encantador. Quem participou do evento da AIL vai conservar longamente a memória daquela paisagem ventosa e seca que expõe os marcos visíveis de uma luta inexaurível entre história e natureza.

A paisagem, no entanto, foi só um dos ingredientes melhores que tornaram única a experiência de Cabo Verde. Um outro foi certamente o contexto do Liceu Velho no Mindelo. Património vivo agora da Universidade de Cabo Verde, por lá passaram alunos como Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Teixeira de Sousa, Aristides Lima, e professores como Adriano Duarte Silva, Alberto Leite, Baltasar Lopes da Silva, José Alves Reis. A “Claridade” estava lá, com todas as suas projeções ainda tão vivas, vozes que ressonam e versos que encontram um referencial inesperado.

Deste ponto de vista a Universidade de Cabo Verde foi uma parceira e uma anfitriã imensurável que não poupou esforços, ciente que se tratava de uma ocasião para valorizar Mindelo como futuro centro de congressos científicos internacionais da complexidade do XI Congresso da AIL. A sensação forte que se sentia naqueles dias é que todo o arquipélago estava presente ao acompanhar os trabalhos da AIL. Por isso foi importante como a direção presidida por Elias Torres Feijó fez brilhantemente, organizar um congresso sólido do ponto de vista científico, sempre com as garantias de qualidade que se tem instaurado como boa prática permanente na atividade científica da AIL e que pudesse de certo modo também criar um marco. E assim foi.

A AIL, em suma, conseguiu e muito bem, inclusive através da sua programação de conferências, comunicações e momentos institucionais, interpretar o genius loci, o espírito do lugar, as suas atmosferas mitológicas e os seus rastros simbólicos que se misturam à dura história do arquipélago e de seus muitos passados coloniais, um espírito palpável e bem reconhecível na ilha.

É por isso que os estudos que se reúnem neste volume, reelaborados pelos autores depois dos debates públicos que ocorrem com as apresentações, são muito mais do que uma simples coleção de relevantes trabalhos que renovam muitos aspetos das disciplinas plurais que constituem o riquíssimo perfil da AIL hoje. É muito mais a concretização de uma memória comum que construímos num contexto tão especial, uma património que a AIL conservará dentro da própria já larga história. África é um dos muitos horizontes a que a AIL presta particular atenção: o nosso objetivo é fortalecer e disseminar sempre mais a vida da associação neste continente de imaginários e culturas singulares. Este é mais um começo. Não por acaso, entro no Conselho assessor da Associação o primeiro representante do continente, Manuel Brito-Semedo da Universidade de Cabo Verde.

São muito os agradecimentos que restam de um contacto como este. Seria impossível lembrá-los todos e portanto escolhemos um nome coletivo que de certo modo todos os representa. Trata-se da Reitora da UNCV, Judite Nascimento: ela desempenhou um papel essencial para amparar institucionalmente o Congresso. E sempre acreditou na parceria com AIL como forte instrumento de internacionalização da sua Universidade. A AIL em Cabo Verde inaugurou uma relação que estes volumes confirmam e fortalecem.

Roberto Vecchi
Presidente AIL (2014-2017)

Nota da Comissão Científica

O XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, celebrado no Mindelo, em Cabo Verde, serviu para referendar a prática estabelecida no X Congresso consistente na submissão dos textos integrais das comunicações antes da celebração do congresso, para eles serem avaliados e aprovados por pares cegos. Depois os textos passaram a estar acessíveis para as pessoas participantes no site do evento, e uma vez revistos por seus autores e autoras eles são agora publicados nesta coleção de livros temáticos.

Por um lado, este sistema contribuiu para aumentar a qualidade dos textos apresentados; por outro, possibilitou acompanhar as mudanças no campo científico e nos sistemas de valorização da produção académica, evoluindo do velho conceito de anais de congressos para coleções temáticas, mais perfiladas em relação ao público-alvo em função de interesses investigadores específicos. Estas coleções garantem às pesquisadoras e pesquisadores um resultado que responde aos critérios científicos exigidos pelas suas instituições, maior divulgação e a possibilidade de fazer circular o seu trabalho em formato digital, com todas as garantias da avaliação por pares.

Deve ser reconhecido nesta apresentação o trabalho das pessoas que integraram, na condição de avaliadoras, a Comissão Científica, as quais generosamente disponibilizaram o seu tempo e o seu trabalho para avaliar em tempo muito reduzido e com elevado rigor todas as propostas apresentadas. Igualmente, às autoras e aos autores, que assumindo o processo proposto pela AIL, entregaram para a publicação trabalhos de alta qualidade científica, de grande diversidade temática e metodológica.

Esta coleção tem a vontade de oferecer uma panorâmica do mais avançado que está a ser produzido no âmbito dos estudos de língua portuguesa. Estes caracterizam-se cada vez mais pela abertura à interdisciplinaridade e pela incorporação de tópicos inovadores e menos explorados. A variedade destes novos estudos na lusitanística ficam recolhidos na publicação desta segunda série de livros temáticos que nascem com vocação de um rápido e duradouro impacto.

Raquel Bello
Coordenadora da Comissão Científica

Nota do Presidente da Comissão Organizadora

Como responsáveis, na qualidade de Presidente e Secretário Geral, respectivamente, da Comissão Organizadora do XI Congresso da AIL e dos livros temáticos que agora se apresentam, juntamente com a nossa colega coordenadora da Comissão Científica, Profa. Dra. Raquel Bello Vázquez, é o nosso desejo deixar aqui uma palavra de agradecimento a todas as pessoas que colaboraram neste processo que hoje acaba com a presente publicação. Particularmente, aos membros das Comissões Organizadora, Científica e de Honra; ao Prof. Dr. Manuel Brito Semedo, coordenador da Comissão Executiva, e a todas as pessoas e entidades, académicas, institucionais, públicas e particulares, que apoiaram o seu desenvolvimento, com especial destaque para o antigo Reitor da Universidade de Cabo Verde, Prof. Dr. Paulino Fortes, e a atual Reitora Profa. Dra. Judite Nascimento.

Pedimos também desculpa polo atraso na saída desta edição, prevista no seu momento para não ir além do primeiro trimestre do ano 2015. Circunstâncias totalmente alheias à vontade da AIL e relativas às parcerias institucionais previamente fixadas pola nossa organização que, finalmente, não se concretizaram, provocaram esta demora, que resolvemos não prolongar mais para não aumentar o prejuízo às pessoas que participam nestes volumes, a quem expressamos a nossa gratidão pola confiança em nós depositada.

Com os meus melhores desejos

Elias J. Torres Feijó

Transformações da heroicidade épica em *A Independência do Brasil*, de Teixeira e Sousa¹¹⁸

Marcos Machado Nunes
Ruhr-Universität Bochum
(Alemanha)

O leitor que, a partir somente da historiografia e da crítica literárias, tentasse formular para si uma história da poesia épica no século XIX brasileiro, poderia ficar com a impressão de que essa história poderia se resumir a dois capítulos: um primeiro tratando da polêmica sobre *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, e um segundo, sobre *O Guesa* de Sousândrade. O poema de Magalhães é quase sempre abordado em função da discussão crítica que se seguiu a sua publicação, graças à qual teriam se afirmado, no incipiente cenário literário brasileiro, a figura de José de Alencar e, com e através dela, a prosa de ficção. Já *O Guesa* constitui exemplo talvez único de texto épico do período que, embora de forma tardia e às vezes ocupando posição marginal, ascendeu a status canônico. Para além disso, o que teríamos seriam indicações de títulos e, quando muito, rápidos julgamentos condenando boa parte desses títulos à condição de letra morta. Lendo esses títulos (e outros sequer referidos), contudo, constatamos que a história da epopeia, quando nos desprendemos da esperança de revitalizar textos que possam comunicar esteticamente (e sem mediações) com o leitor contemporâneo, pode ter mais desdobramentos e ser mais rica do que a formulação contida naqueles dois capítulos aqui indicados.

Não é nosso objetivo aqui analisar essa elipse da historiografia e da crítica. Cabe, porém, lembrar que ela está em parte associada ao enraizamento de uma tendência mais geral nos estudos literários (vigente não só no Brasil) nascida com a tradição hegeliana que diagnostica o ocaso e a morte da epopeia no século XIX, com a substituição do gênero, considerado incompatível com a estética moderna, pelo romance. Dois pilares dessa conhecida tradição seriam os trabalhos de Lukács (2009) e Bakhtin (1981), na primeira metade do século XX. Uma série de trabalhos recentes¹¹⁹ tem tentado, no entanto, – a partir de diferentes premissas e focalizando períodos nem sempre coincidentes desde meados do século XVIII e diversas tradições nacionais e/ou transnacionais – dar um novo desenho à história do gênero que, apesar de considerado morto, se multiplica nos discursos críticos do período e estabelece relações com um grande número de textos. Um dos pontos de convergência desses trabalhos, que se pode constatar com certa facilidade, é o fato de que a poesia épica atravessa o século XIX sofrendo transformações em diferentes graus e sentidos, a par das continuidades nem sempre evidentes ou ambíguas. Para Johns-Putra (2006), por exemplo, as teses sobre o fim da epopeia corresponderiam a uma compreensão limitada da complexidade do fenômeno gênero literário, que a autora vê antes como um comportamento que envolve intencionalidade e recepção, não sendo possível estabelecer fronteiras estritas entre textos épicos e não-épicos. Segundo Johns-Putra, a tese do fim da epopeia “recognises the impact of historical shifts in thought on the epic, but is unfortunate in its refusal to pursue the relationship between modern works and the epic tradition that precedes them, even when they show every intention of participating in that tradition” (2006: 9).

Nos parágrafos que seguem, vamos tratar dessa dinâmica de transformações e continuidades em um texto específico, *A Independência do Brasil* (1847 e 1855), de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861), com ênfase em um aspecto que ocupa posição de relevo na tradição épica: a heroicidade. Acompanhando a recepção do poema à época da sua publicação, identificamos acusações tanto de transgressão como de reprodução anacrônica dos cânones épicos. Essa constatação será o ponto de partida para um breve exame de um aspecto

118 O presente trabalho é um resultado inicial de pesquisa desenvolvida junto ao projeto “Das Epos unter den Bedingungen der Romantik: Transformation un Reflexion einer unmöglichen Gattung in der Iberoromania” (“A épica sob as condições do Romantismo: transformação e reflexão de um gênero impossível no espaço iberorromânico”, que, sob a coordenação do Prof. Roger Friedlein, teve financiamento aprovado pela DFG, agência alemã de financiamento de pesquisa, e se encontra em fase de implantação na Ruhr-Universität Bochum.

119 Para referir alguns dos mais significativos: Moretti (1996), Nikolova (2002), Christians (2004), Labarthe (2004), Johns-Putra (2006), Neiva (2008), Tucker (2009), Krauss e Mohnike (2011).

formal do comportamento dessa natureza paradoxal. Em seguida, concentramos a análise na representação da figura do herói, o Príncipe Regente Pedro. Tentaremos demonstrar que Pedro representa um ideal ético que não corresponde ao modelo tradicional do heroísmo guerreiro da epopeia, apresentando diferentes nuances no afastamento daquele modelo. Submetido a um plano divino, o herói recusa a ação guerreira e age através da palavra, seja como instrumento para a articulação política e a mediação dos conflitos, seja como narrador. Ao mesmo tempo, a dimensão coletiva da ação heroica se vê constituída através de elementos de uma afetividade familiar e, sobretudo, o novo modelo de heroicidade encarnado por Pedro estaria subordinado a uma vontade divina e à necessidade de um pacto, o que aponta para uma natureza contingente, condicionada e reversível da heroicidade. Antes da análise do texto, porém, cabe trazer alguns dados sobre o seu autor.

Mulato de origem pobre nascido em Cabo Frio, no litoral fluminense, Teixeira e Sousa radica-se, por volta de 1840, na Capital, onde se aproxima do editor, tradutor e escritor Paula Brito. No princípio da carreira letrada, contou com o apoio de Januário da Cunha Barbosa e do próprio Gonçalves de Magalhães, mais tarde ficando muito próximo de Santiago Nunes Ribeiro (Silva, 1876) e do jovem Machado de Assis, também integrante do círculo de Paula Brito. Trabalhou com este último em seus empreendimentos editoriais e mais tarde foi professor de escola. Com dificuldades financeiras, pleiteou por duas vezes, entre 1848 e 1855, a um cargo público, tendo sido nomeado escrivão público e passando a viver em Macaé, no interior do Rio de Janeiro. Na nova profissão, como revela em carta a Joaquim Norberto, não encontra ambiente para a produção: “ex-poeta e hoje escrivão estúpido e ignorante”, confessa-se o autor, pois, “Entre as quatro paredes de um cartório, no meio do material prosaísmo dos autos, não há inspiração” (Silva, 1876: 214). Nos anos finais da vida, até 1861, quando morre, aos 49 anos, de fato pouco produziu. Sua principal contribuição se limita ao período entre 1840 e 1855, quando publicou mais de dez títulos, em diferentes gêneros¹²⁰. É particularmente significativa a sua produção como romancista, a qual, embora pouco apreciada pela crítica e pela historiografia no século XX (Oliveira, s.d.), tem sido creditada como uma contribuição decisiva para a consolidação do romance no século XIX. A par do considerável êxito com o público¹²¹, o autor era referido pela crítica novecentista (e isso a despeito da falta de consenso sobre o valor de suas obras), ao lado de José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo, como um dos fundadores do romance nacional (Silva, 2004).

A mesma sorte não teria o autor com a épica. No segundo semestre de 1847, a tipografia de Paula Brito anunciava a publicação do primeiro volume de *A Independência do Brasil*. Em edição suntuosa, o volume continha os seis primeiros cantos do poema, num total de 782 oitavas-rimas, ou seja, 6.256 versos. O segundo volume só viria a prelo em 1855, contendo as restantes 887 oitavas-rimas (7.096 versos) dos seis últimos cantos do poema. A publicação em 1847 recebeu atenção especial da imprensa da época: o *Diário do Rio de Janeiro*, os *Ensaios literários*, de São Paulo, e o *Correio da Tarde* deram destaque à publicação. As opiniões, contudo, apesar de ressaltar a publicação do poema como fato notável, abriram grandes ressalvas, e o juízo expresso no *Correio da Tarde*, em uma série de cinco artigos que ocuparam o folhetim do jornal no início de 1848, foi arrasador. Joaquim Norberto, em depoimento que romantiza um tanto a figura do poeta, nos informa que a publicação do poema fora a causa de grandes frustrações:

Que de desgostos e de decepções lhe acarretaria a publicação de seu poema epico ! Recompensavam-n’o com um emprego de malsim, e um poeta eminente desceu de seu throno de gloria e veio por sua vez azedar-lhe a já tão amargurada existencia, imprimindo em uma das folhas d’esta côrte apreciações baseadas na mais flagrante injustiça (Silva, 1876: 208)

120 São eles *Cantos líricos* (1841, poesia), *Os três dias de um noivado* (1844, poema narrativo), *Cornélia* (1844, drama), *A Independência do Brasil* (1848 e 1855, poema épico), *O cavaleiro teutônico, ou a freira de Marienburg* (1855, tragédia em verso), e os romances *O filho do pescador* (1843), *Tardes de um pintor* (1847), *Gonzaga, ou a conjuração do Tiradentes* (1848), *Maria, ou a menina roubada* (1852-1853), *A Providência* (1854), *As fatalidades de dous jovens* (1856) e *Paulina e Júlia* (inédito, originais perdidos).

121 Um anúncio da revista *A Marmota*, de Paula Brito, publicado em fevereiro de 1853 no *Diário do Rio de Janeiro* apresenta o folhetim *A menina*, de Teixeira e Sousa, como principal atração daquela revista e faz o curioso comentário publicitário: “Este lindo romance do Sr. Teixeira e Sousa está cada vez mais interessante, e é procurado como canella em botical” (*Diário do Rio de Janeiro*, 1853, p.4)

Conforme Norberto, o poeta teria tentado, com o primeiro volume do poema, obter um cargo público, o que de fato lhe foi ofertado. O poeta, porém, recusou-o por considerá-lo de pouca monta (“malsim”). O “poeta eminente” – de quem, no início de 1848, seria mais correto dizer “em ascensão” – era Gonçalves Dias, que assinara os artigos do *Correio da Tarde* sob o pseudônimo de “Optimus Criticus”¹²². Vamos voltar à questão da recepção do poema para traçar algumas observações a respeito das dinâmicas de conservação e transformação nele contidas para, a seguir, nos determos sobre a questão da transformação da heroicidade no texto. Antes, porém, convém apresentar uma síntese do poema.

Proposição, invocação e dedicatória ocupam as cinquenta estrofes iniciais do poema e introduzem uma linha narrativa simples (embora nem sempre muito clara), com pouca ação, e que acompanha muito de perto a historiografia hoje canônica da Independência. A essa narrativa principal se sobrepõe uma outra, que compõe o maravilhoso do poema, e constitui-se de uma versão alegórica e religiosa dos acontecimentos históricos, com o Demônio do Despotismo em embate com o Anjo do Brasil. Uma sucessão de episódios, catálogos e painéis descritivos vai dando corpo ao texto, cujo narrador cede a voz a diferentes personagens por longos entrecchos. A história começa com o Príncipe Regente Pedro a caminho de Minas Gerais (o que enseja uma descrição da província...), aonde vai para dissuadir os mineiros de um incipiente alinhamento com as Cortes portuguesas (que o texto chama de Congresso), que haviam decretado, entre outras medidas, a volta do Príncipe a Lisboa. Caminhando sozinho por uma floresta, Pedro é levado por um anjo a um velho eremita, antigo herói da Inconfidência, que lhe faz profecias sobre o seu papel na libertação do Brasil. Quando reencontra os companheiros, Pedro propõe contarem histórias para fazer passar o tempo na viagem, e esses o incitam a contar a história da América. O discurso do herói se estende pelas vinte estrofes finais do primeiro canto e ainda ocupa todo o segundo, num vasto painel histórico, etnográfico e geopolítico.

No canto terceiro, Pedro encontra no caminho dois estrangeiros, que lhe pedem notícias sobre a situação atual do Brasil. Sem lhes revelar a identidade, o Regente retoma o papel de narrador e faz a descrição da situação de crise com as Cortes, iniciando com a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a transferência da Corte. No episódio do regresso de D. João VI a Lisboa, Pedro narrador encena um suposto monólogo lírico do pai a bordo do navio. A presença de João no Brasil representara a ocasião em que o Demônio do Despotismo perdera seu reino na América, que vigorava desde a chegada de Colombo. Com João em Lisboa, o Despotismo se apodera das Cortes, que passam a editar as medidas que culminam na exigência do regresso do Príncipe. Já no canto quarto, Pedro segue apresentando a articulação dos liberais no Rio e em São Paulo, com discursos de Clemente Pereira e José Bonifácio, o compromisso que com eles firma o Regente, e a reação das tropas lusitanas, que se aquartelam no Morro do Castelo (o que enseja uma descrição da cidade do Rio de Janeiro).

No canto quinto, o narrador Pedro conta o conflito privado entre um soldado português e dois amigos brasileiros, narração que interrompe com a chegada dos viajantes a um pouso. Neste passo, com narrador heterodiegético externo, desenvolve-se a linha narrativa do maravilhoso, com o Despotismo descendo aos infernos para pedir auxílio em seus planos contra o Brasil, o respectivo painel descritivo do inferno e o catálogo dos demônios, que adentra o canto sexto. Termina este último canto do primeiro volume a busca do Anjo do Brasil pelo auxílio da Virgem, que anuncia, através do Anjo Gabriel, a propensão celeste em proteger o Brasil.

O segundo volume, com o canto sétimo, abre com Pedro retomando o seu papel de narrador incógnito. Antes de concluir a história de luta entre portugueses e brasileiros, conta a história trágica de uma família dividida com os conflitos, para depois apresentar a retirada dos portugueses para Niterói e finalizar o canto com a tristeza de Leopoldina com a morte do filho João, em monólogo lírico. No canto oitavo, Pedro lembra o empenho dos liberais por manter as províncias unidas contra as Cortes e chega aos acontecimentos do início do livro, com a ameaça de ruptura em Minas. Neste momento, terminam a viagem com a chegada em Vila Rica e o fim imediato da reação local através das negociações do Regente.

122 Norberto (Silva, 1876) e Innocência Francisco da Silva (Silva, 1867) atribuem a autoria dos artigos a Dias sem referir como chegaram a essa informação. Lopes (1997: 294) afirma que o poeta teria revelado a autoria dos artigos ao amigo Alexandre Teófilo Leal em carta de 1848. Como observa este autor, somente os dois últimos artigos da série contêm a assinatura do “Optimus Criticus”.

No caminho para o Rio, encontram Thomé, um velho índio descendente de Tibiriçá, chefe indígena aliado dos portugueses no século XVI na região onde hoje é São Paulo. Pedro lhe pede para que conte uma história, e Thomé conta a história de João Ramalho, seu naufrágio e associação com os índios em São Paulo, e como teve o filho salvo dos tamoios por intervenção divina. No canto nono, o Demônio da Discórdia voa sobre as províncias do norte: a Bahia apresenta resistência lusa. O Anjo do Brasil volta a subir ao céu em busca de auxílio e descortina-se um painel celestial mais amplo do que aquele contido no primeiro volume. Ficamos sabendo como os acontecimentos no Brasil correspondem a um plano divino de cristianização no Novo Mundo.

Já nas imediações do Rio, Pedro narra a um estrangeiro a antiga lenda de Sumé (chamado no texto também de Thomé) e de como os índios, por desprezarem seus ensinamentos, foram punidos com a Conquista. No canto décimo, deputados, anjos e demônios intervêm nas Cortes e, por pedido de Clemente Pereira, Pedro concorda em instalar uma Constituinte no Brasil. No canto décimo primeiro, acirram-se as tensões, declara-se a guerra e, às margens do Ipiranga, Pedro tem um sonho em que é tentado pelo Despotismo a apoderar-se da “absoluta Magestade” com Portugal e domínios, mas é dissuadido pelos anjos do Brasil, da Memória e da História a optar por figurar entre os heróis da liberdade proclamando a Independência do Brasil, o que faz a seguir. No último canto, Pedro é levado em um sonho ao Anjo dos Destinos, que lhe apresenta uma visão do futuro em que, em retribuição pela Independência, é aclamado Imperador, porém sob a condição de aceitar um pacto que lhe atribui a submissão ao ideal de liberdade encarnado em uma constituição. A visão se estende sobre tempos difíceis no futuro até a plena felicidade, mas de nada disso se lembrará Pedro, porque tudo lhe será apagado da memória, e ele será entregue ao livre arbítrio. O poema encerra com as comemorações da Independência e recomendações a Pedro Segundo.

É curiosa, no histórico das leituras críticas do poema, uma certa oscilação: ora atribuem-se as qualidades do texto (sejam elas positivas ou negativas) a sua excessiva ortodoxia, ora à inovação. Gonçalves Dias, por exemplo, nas resenhas do *Correio da Tarde*, considera, com ironia, que o poema de Teixeira e Sousa não pode simplesmente ser avaliado pelos cânones do passado por representar uma nova poética¹²³.

Não me lembrarei das regras de Horacio, que já caducaram, nem de nenhum epico conhecido. – Que valem eles? – Foram bons para o seu tempo, muito bons se o quiserem; mas o romantico! oh! o romantico! ... Não hei de pois comparar o Poema do Sr. Teixeira e Sousa com nenhum outro clássico. O clássico!... ora pelo amor de Deus!... Iremos aos modernos – aos modernissimos – aos poetas de hoje, – d’esses poetas havemos de escolher os épicos, dos épicos escolheremos o que mais se assemelhar ao Sr. Teixeira e Sousa no assunto, linguagem, estilo e metrificacão. (Anônimo, 1848: 1)

Já o resenhista da *Guanabara*, ao contrário, considera que ter seguido esses cânones muito à risca é um dos pontos fracos do poema, de quem se esperava mais ousadia: “O respeito para com as regras, que tão bem compreendera, levou o Sr. Teixeira e Sousa a seguir um caminho já muito trilhado, e do qual se se quisesse afastar, mui belas cousas ter-lhe-ia inspirado o seu gênio inventivo” (Anônimo, 1855)¹²⁴. O mesmo resenhista da *Guanabara*, porém, lamenta o uso das alegorias religiosas em detrimento das divindades clássicas e o emprego de matéria histórica demasiadamente atual:

O emprego dos seres alegóricos, como o Despotismo, a Liberdade, a Discórdia etc, enfraquece um pouco a ação do poema, e torna-o porventura menos interessante: mas que poderia fazer o nosso poeta, discípulo da escola romântica, e a quem era vedado o lançar mão das divindades mitológicas, que digam o que quiserem os modernos críticos, são muito mais poéticas? (Anônimo, 1855)

123 Não me lembrarei das regras de Horacio, que já caducaram, nem de nenhum epico conhecido. – Que valem eles? – Foram bons para o seu tempo, muito bons se o quiserem; mas o romantico! oh! o romantico! ... Não hei de pois comparar o Poema do Sr. Teixeira e Sousa com nenhum outro clássico. O clássico!... ora pelo amor de Deus!... Iremos aos modernos – aos modernissimos – aos poetas de hoje, -- d’esses poetas havemos de escolher os épicos, dos épicos escolheremos o que mais se assemelhar ao Sr. Teixeira e Sousa no assunto, linguagem, estilo e metrificacão.” (Anônimo, 1848: 1)

124 Esse julgamento é também compartilhado por Antonio Candido. Para Candido, o poema cinge-se “aos moldes mais ortodoxos: um herói, um grande feito, narrações retrospectivas, profecias, disputa de entidades sobrenaturais que protegem ou combatem o herói” (Sousa, 1997: 69)

Se despirmos tais juízos críticos de seu propósito valorativo e os consideramos em conjunto, percebemos que a oscilação que eles apontam (aqui apenas rapidamente esboçada) flagra o poema no centro de uma dinâmica de transformação e conservação da tradição épica. Essa dinâmica é pressentida pela minúscula “fortuna” do poema, onde constatamos a oscilação apontada acima, porém sem ser por ela explicitamente formulada. Ela envolve os elementos indicados acima (uso de figuras religiosas que são também alegorias políticas, emprego de matéria histórica atual), além de alguns outros, tais como a multiplicidade de narradores, a recorrência dos amplos painéis descritivos onde predominam as descrições da natureza e a representação da subjetividade das personagens¹²⁵.

Mesmo o uso da oitava-rima, que Gonçalves Dias considera uma espécie de simples apelo à autoridade de Camões, e ao qual o resenhista do *Guanabara* atribui em parte a monotonia do poema, é em diversas instâncias forçado em direção a outras formas de expressão literária, sem, contudo, deixar de se impor como padrão de reiteração rítmica. Observemos as seguintes estrofes do primeiro canto do poema, em que Pedro encontra o velho eremita:

LXXVI.

Apenas Pedro o vê, ligeiro pára!
Sem temer, mas assás maravilhado,
Com elle rosto a rosto firme encara!...
O velho, sem mudar de ponto ou estado,
A Pedro diz com voz robusta e clara,
– Bem vindo, sê, ha tanto suspirado!...
O Anjo do Senhor não me-enganava,
Vem, Mancebo, que ha muito eu te-esperava.

LXXVII.

PEDRO.

– Quem és ? porque aqui estás, misero ente?!
Serás um peccador, que compungido,
Neste sombrio serro penitente
Choras peccados teus arrependidos ?–

VELHO.

– Dentro deste rochedo pro’minente
Ha annos trinta e tres vivo escondido :
E então dos meus sessenta estava perto,
Quando me recolhi neste deserto!

LXXVIII.

– Sou um desses da misera sociedade,
Que em Minas hastear já quiz outr’hora
O Pendão da suprema Liberdade,
[...] (Sousa, 1847: 28-29)

O discurso do eremita se estende por mais quatro estrofes, até Pedro redarguir em estrofe introduzida pela indicação de seu nome em caixa alta, como num drama¹²⁶. A indicação do nome não corresponde a um verso isolado, nem é absorvida pela métrica dos versos, representando uma instrução acessória e paralela, como a numeração das estrofes. Assim segue-se o diálogo até a estrofe XCVII, com as trocas de interlocutor às vezes ocorrendo em meio a uma estrofe. Trata-se de uma conversão modal: do narrativo, passa-se ao dramático, sem que haja qualquer indicação metatextual e, ao mesmo tempo, sem que haja interferência na diegese, na métrica ou na divisão das

125 Por questões de espaço, não desenvolveremos aqui todos esses elementos.

126 A fusão dos gêneros na épica do século XIX é uma das tendências apontadas no projeto apresentado pelo grupo de pesquisa de Bochum. O fenômeno aqui apontado foi identificado pelo grupo e pode ser encontrado também em outros textos do período. Por estar em fase de implantação, ainda não há trabalhos publicados pelo grupo que possamos referir.

estrofes. Nessa passagem, e em várias outras ao longo do poema, em maior ou menor extensão, ocorre um processo de hibridação com o drama em um nível textual que não interrompe o fluxo métrico da tradição da epopeia.

Neste mesmo nível textual, a presença de outros gêneros assume ainda uma outra forma. Por quatro vezes, seja na narração heterodiegética, seja na narração das personagens, temos a indicação de que partes do discurso metrificado constituem ou contêm unidades poéticas autônomas. Vejamos o exemplo abaixo:

CVI.

[...]

Mil vozes de prazer aos ceos subiam

Cheias de gratidão, doces, festivas!

[...]

E por onde contentes vão passando

Este hymno liberal dizem cantando.

CVII.

HYMNO LIBERAL.

PRIMEIRAS VOZES.

“ – Termine para sempre a idade amara

Que ao Brasil só causou mortal desgraça !

Mostremos á Ullisséa ingrata, avara

Que calcamos aos pés sua ameaça !

Viva a Religião, e a Patria cara !

Viva o povo, que os ferros despedaça !

choro.

Viva a Constituição ! viva a Egualdade !

Viva o rei ! viva Pedro ! e a Liberdade ! (Sousa, 1855: 188-189)

Após a decisão de chamar uma constituinte em terras brasileiras, entoa-se pelas ruas um hino, que o poeta transcreve no discurso metrificado, sem mudança de padrão rítmico. Temos aqui a incrustação de um “Hymno Liberal”¹²⁷, apresentado com a indicação da distribuição das vozes por uma instância narrativa que se instaura externa e paralelamente ao fluxo métrico.

Esses fenômenos (incrustações de formas dramáticas e líricas) põem em cheque, de um ponto de vista formal, as alegações tanto de ortodoxia como de transformação excessivas. Se, de um lado, o metro e a construção estrófica acompanham a tradição renascentista da oitava-rima, que se mantém a despeito da presença de elementos estranhos a essa tradição; de outro, esses elementos não deixam de transformar a construção textual, abrindo uma nova instância narrativa, paralela ao discurso articulado metricamente.

Uma das inovações criticadas por Gonçalves Dias estaria implícita em um verso da proposição do poema: “Canto um Heroe, um Pae, um ‘Sposo canto !” (Sousa, 1847: 16). Para Dias, o verso conteria uma gradação que implica uma mistura de gêneros no que diz respeito a sua constituição temática: com a suposta gradação, da epopeia passamos ao idílio, e desse ao epitalâmio. A passagem é plena de sarcasmo:

Um heróe he menos que um pai, ninguem o nega – sobre tudo em um Poema epico, que em um Idylio mudavam as coisas de figura.

Um pai he menos que um esposo : para prova lêa-se qualquer epithalamio : outra prova ainda maior he que na proxima edição que sahir do Virgilio se ha de mudar o character do Padre Eneas, como defeituoso que he, no quadro em que está. Eneas não ha de carregar com o pai as costas ; andarâ catrafilado ás saias de suas querida Lindoya, e que venham os Troianos accommettel-a ! (Optimus Criticus, 1848b: 2)

127 O hino se estende por mais duas estrofes, também divididas em “primeiras vozes” e “coro”, que não transcrevemos aqui. Os outros hinos que recebem o mesmo tratamento são o “Hymno Liberal dos Colombianos” (Canto segundo, LV-LVI), “Hymno dos Indigenas Colombianos” (Canto segundo, LXXI-LXXVII) e o “Hymno da Independencia” (Canto décimo primeiro, CXXXVI-CXLI); há ainda dois outros hinos, também em oitava-rima (o do eremita no canto primeiro, entoado como prece, e o dos guerreiros tamoios, no oitavo canto) que não recebem indicação exterior ao discurso metrificado.

Comparando a proposição com o desenvolvimento da narrativa, chegamos à conclusão de que ela não corresponde ao núcleo da ação (a relação com Leopoldina é referida em um único episódio). Embora um pouco deslocada, a crítica de Dias intuiu uma transformação profunda num elemento temático fortemente vinculado à épica: a heroicidade¹²⁸. Aquilo que é percebido por Dias como um deslocamento de gênero pode nos ajudar a perceber a relação do texto com a heroicidade como transgressora das expectativas do gênero.

Para alguns autores, a heroicidade chega mesmo a definir o gênero épico. Labarthe, por exemplo, considera que, “En un sens, l'épopée ou les fragments épiques ne sont autres que les récits dans lesquels s'exprime le désir d'heroïsme” (2007: 311). Falando da autopresumida superioridade moral e ética inata às aristocracias guerreiras (Miller, 2000: vii), a épica converte o guerreiro em herói quando associa a sua ação a um destino coletivo: “les actions menées dans les grandes épopées historiques du monde entier engagent toujours le destin de toute une société” (Dérive, 2002: 145). Com isso, o herói se converte numa imagem ideal constitutiva de identidades. Para Madelénat, o herói épico “polarise les énergies d'une société en gestation [...], transforme un agrégat en communauté, voire en communion” (1986: 57).

O sentido coletivo do heroísmo de Pedro, herói principal de *A Independência do Brasil*, provém da sua associação com a liberdade. Este é o sentido mais evidente do heroísmo no poema e aparece reiteradamente. Pedro encarnaria o paradigma do herói libertador da pátria no contexto dos processos de descolonização da América¹²⁹. Esse sentido principal já constitui, por si só, uma atualização do significado da coletividade na épica, na medida em que faz uma identificação da coletividade com a nação moderna em processo de constituição. Ao mesmo tempo, não deixa de ampliar o âmbito dessa coletividade ao figurar a liberdade como valor universal.

No entanto, a par desse sentido principal da heroicidade, podemos apreender outros sentidos agregados, talvez não menos importantes, que fazem ressoar a crítica de Gonçalves Dias. Embora a tensão narrativa principal do poema seja a iminência da luta pela Independência, Pedro não é um herói guerreiro. Apesar de “Nascido para ser grande na guerra” (Canto primeiro, XXXIX), Pedro, ao contrário, é antes o grande articulador da paz:

CXXI

— No entanto se-empenhar n'uma peleja
 Entre o povo, e o luso amotinado
 O mui prudente Pedro não deseja ;
 Não porque tema della o resultado,
 Que o povo impaciente a guerra almeja ;
 Poupar porem intenta acautelado
 Uma scena funesta, e dolorosa
 De uma guerra civil tão desastrosa.» (Sousa, 1847: 201)

Quando se decide pela luta, decretando guerra, o faz para manter o juramento que o fizera “Defensor perpétuo” do Brasil e para evitar o combate entre facções:

XXXVII.

“Era pois defensor eu deste Estado,
 Elle sua defesa me-exijia:
 Tal recusando, havia atraído
 Minha promessa, a propria monarchia!
 Quem poria barreiras d'outro lado
 Aos males da Discordia, e d'Anarchia?
 A lueta porfiosa dos partidos,
 Das facções os embates desmedidos!?” (XI, 37)

128 Além da fusão dos gêneros, a heroicidade, a subjetividade e a autorreferencialidade nos textos estão sendo propostas como o foco da pesquisa em nosso projeto.

129 O que equivaleria a dizer, no caso do Brasil escravocrata, um sentido de liberdade restrito ao Brasil como unidade política imaginada em sua relação com Portugal.

Alternativas ao paradigma clássico do herói guerreiro não são novidade no Romantismo. Aqui, porém, trata-se de uma reversão completa daquele paradigma, justamente num contexto de luta ou eminência da luta, em que ele deveria se afirmar. Essa reversão é ainda complementada por outros traços que apontam para outras direções.

No trabalho de mediação e articulação política, uma virtude que é recorrentemente atribuída a Pedro e a todo o processo da Independência é a “prudência”, que vai a par com a sua “serenidade”. Outra virtude indispensável é a eloquência, que compartilha com outros heróis do poema, como os deputados brasileiros nas Cortes. A virtude na eloquência e no saber é apresentada no poema como superior ao valor do guerreiro:

LXXXIV.

Áquelles que, seguindo dura sorte
Das bandeiras de Marte sanguinoso,
Cercados de perigos, e da morte
Se-illustram no combate pavoroso,
Direito mais real não deu Mavorte
Á um nome celebrado, e glorioso,
Que aquelle, que Minerva concedêra,
Á Tullio, que de egregios dons enchêra!

LXXXV

Não foi só pelas armas que afamado,
Ó Cezar te-fizeste n'outra idade!
Si tanto foi teu nome celebrado
O-deves a mais nobre qualidade:
É que era o teu espírito cultivado
Por essa das sciencias Divindade;
Pois quem governa eternamente o mundo
É somente o saber, saber profundo ! (Sousa, 1855: 181)

Essas estrofes, que apresentam o saber como qualidade superior às armas, figuram no texto logo após os discursos dos deputados brasileiros nas Cortes. O “Túlio” referido na primeira estrofe pode reportar-se a Sêrvio Túlio, rei reformador de Roma, instaurador de leis sociais; mas não podemos esquecer também de Marco Túlio Cícero. Embora a habilidade com as armas e com as palavras seja um pressuposto da *areté* clássica, aquela não figurava acima da capacidade discursiva. Se, na heroicidade guerreira, a palavra é usada às vezes como agressão verbal, como extensão ou preparação, mas não substituto, para a violência (Miller, 2000), aqui ela é apresentada como o fundamento para a constituição do poder.

A habilidade verbal e o conhecimento de Pedro se observam não apenas nos discursos representados no poema (ou às vezes, como no caso da contenção da agitação em Minas, no resultado de uma ação discursiva), como também na sua capacidade narrativa. Como narrador, Pedro é, à semelhança do Anchieta de Varela, um herói verborrágico que chega mesmo a ultrapassar quantitativamente o narrador heterodiegético externo no primeiro volume do poema. Ele desenha os grandes painéis históricos e geopolíticos do primeiro volume, conduz a grande narrativa da Independência desde a Revolução Francesa até a sua viagem a Minas (sendo, inclusive, capaz de fazer coincidir o fim da narrativa com o fim da viagem), narra episódios da situação de conflito entre grupos pró e contra as determinações de Lisboa, assim como a lenda de Tomé. Parte da sua heroicidade está em poder fazer caber “Tanto saber em tanta mocidade” (Canto segundo, CLXXV).

A despeito da associação da caracterização do herói a alguns motivos românticos (juventude, solidão, aproximação da natureza, oscilação entre estados de tristeza e euforia), vemos predominar, na sua construção como o sereno articulador, senhor do saber e da palavra, a imagem do monarca esclarecido, em chave oitocentista. Um novo elemento, contudo reconfigura essa imagem, dando uma nova dimensão à imagem do monarca esclarecido, mais próxima do Romantismo. É justamente esse elemento que faz ecoar o sarcasmo de Gonçalves Dias a

respeito da caracterização do herói do poema. Se é verdade que a proposição que anuncia Pedro como “um Heroe, um Pae, um ‘Sposo’ não contemplava a linha narrativa do poema, nem por isso ela deixa de apontar traços significativos para a caracterização do herói, dispersos pela narrativa e estreitamente relacionados à construção do herói como herói da política, do saber e da palavra. Uma série de passagens textuais, às vezes desdobradas em longos episódios, nos apresentam como a afetividade é usada como categoria que acompanha a construção da figura do herói no poema.

Assim se dá com a capacidade retórica de Pedro (e talvez daí o seu hiperbólico fôlego discursivo...):

VII.

“Não penseis que de mim tenhaes ouvido
 Palavras com afan so procuradas;
 D’altas cogitações nada é nascido.
 Não são pomposas phrases estudadas!
 Por nobre amor da Patria o mais subido
 As minhas expressões foram dictadas!
 Pois eu sinto nesta hora augusta, e calma
 Sobre meus labios se-entornar minha alma!” (Sousa, 1855: 212)

A afetividade é também apresentada como o fundamento do vínculo entre o monarca e a coletividade. No momento em que as notícias sobre a anulação dos atos do Regente pelas Cortes e a perseguição dos deputados brasileiros chega ao Rio e a situação chega ao limiar de um conflito nas ruas, Pedro cogita se as armas são a melhor solução:

CII.

Oh grande coração ! Elle sabia
 Que os monarchas dos povos são feitura !
 Tinha animo de heroe, mas não queria
 Sel-o, custando ao povo uma amargura !
 Que um throno, o grande Pedro compre’endia,
 Não firme em corações, tem pouca dura !
 Si assim pois, como heroe não podeis vel-o,
 Quem no mundo haverá que possa sel-o ? (Sousa, 1855: 187)

Pedro renuncia ao heroísmo guerreiro, se isso tem de implicar no sofrimento do povo. Essa opção é apresentada pelo narrador como fruto de um “coração”, da afetividade. A segunda parte da estrofe é particularmente significativa. Pedro tem consciência de que o poder tem de estar “firme” nos “corações” dos governados, sob pena de ter pouca duração. Levar o Brasil a uma guerra com Portugal que, considerando o “partido português” no Brasil, significaria uma guerra civil, poderia romper o vínculo de afetividade necessário à legitimação do poder do monarca.

Como narrador, Pedro já havia, ainda no canto sétimo, relatado a história de Marina e seus filhos, Belgrado e Leonido. Cada um dos filhos pertence a um partido¹³⁰ antagonista: Belgrado ao português, e Leonido ao brasileiro. Belgrado faz parte de um grupo armado que ataca partidários brasileiros e, numa noite, o seu grupo mata Leonido. Ao perceber a morte do irmão, que pede para Belgrado não dizer nada à mãe sobre a sua participação na morte, vive o dilema entre confessar ou não a sua cumplicidade com os assassinos e acaba por suicidar-se. Após narrar o momento em que a mãe tem notícia do episódio, Pedro faz um comentário aos estrangeiros que o ouvem: “Ponderae, estrangeiros piedosos, / O coração de mãe quanto soffrêra!” (Sousa, 1855: 11). O sofrimento da mãe e a morte súbita que tem ao ver os corpos dos filhos, são usados como argumento para evitar a guerra civil:

130 Convém lembrar que os “partidos” brasileiro e português não eram instituições organizadas, sendo o termo empregado para designar a opção política entre as medidas das Cortes ou as do Regente e seus apoiadores. Conseqüentemente, tanto havia brasileiros no partido português como portugueses no brasileiro, conforme os interesses, relações e inclinações de cada um.

Oh! possa um dia tão funesta imagem
 Aos homens recordar tão triste sorte !
 Para um exemplo tal purgar da terra
 Os negros males d'intestina guerra (Sousa, 1855: 12)

Pedro projeta para um nível político a importância que dá à afetividade familiar. O episódio é narrado no mesmo canto sétimo, no centro do poema, onde é também narrado o episódio de Dona Leopoldina e da morte de seu filho. O valor que o texto dá à afetividade familiar é reforçado também pelo episódio de João Ramalho, contado pelo índio Thomé no canto oitavo. Ali vemos outra vez como a heroicidade guerreira, agora encarnada pelos índios, é superada pela heroicidade de Ramalho, essa marcada pela afetividade familiar. Os índios aliados de Ramalho aprisionam o filho do chefe dos tamoios, que, em represália, raptam o filho pequeno do português. Para o índio, o filho morrerá com honra no ritual antropofágico; para Ramalho, é um imperativo resgatar a criança, o que logra somente com a intervenção divina.

De igual modo, João VI, a bordo do navio que segue para Portugal, apresenta preocupações paternas associadas ao interesse da coletividade:

XLIX.

— Sem que tirar pudesse da lembrança
 De Santa-Cruz a terra afortunada,
 O triste rei da casa de Bragança,
 Com sua alma de angustias traspassada,
 Pelo longo futuro a mente avança ;
 Vem-lhe á memória a vida já passada;
 Até que afflictiva ausência lhe-depara
 Com seu filho tão caro, e o qual deixara !

L.

— Senhor dos altos ceos (clama de novo).
 Teus olhos volve brando, e apiedado,
 A este de Bragança alto renovo !
 Vela sobre meu filho, que hei deixado
 Entre este amigo, generoso povo !
 Faze que do Brasil sendo prezado,
 Viva justo, e inteiro em doce calma
 Este doce pedaço de minha alma !

LI.

— Si mais de ver não tenho o filho caro,
 Faze que os males invencível dome,
 Que por seus feitos tenha inda preclaro
 Entre os illustres um illustre nome !
 Que zombando do olvido, sempre avaro.
 Ao tempo, e á morte vença o seu renome,
 Fazendo de seu povo a f'licidade
 Por onde um rei caminha á Eternidade!
 (Sousa, 1847: 129-130)

João deseja para o filho a “Eternidade”, atributo tradicional do herói¹³¹. Contudo, ela será alcançada seguindo um modelo de relação com o “povo” cuja base é a afetividade (“do Brasil sendo prezado”). A recorrência

131 Alguns outros motivos associados à heroicidade épica tradicional, e que figuram no texto com diferentes graus de transformação, são a viagem, o sonho, a revelação divina, a ira, a ascendência nobre e a fundação (no caso, de nova ordem política).

da apresentação da situação familiar reforça a apresentação dessa esfera de relações (marcadas pela afetividade) como paradigma para a relação política entre o monarca e a coletividade.

A mim, o filho de seu rei chamaram,
 Cujas lhes-penhorou santa amizade!
 A mim, que amo o Brasil, por minha vida,
 Como o filho dilecto á mãe querida! (Sousa, 1855: 221)

Um último aspecto da transformação da heroicidade em *A Independência do Brasil* diz respeito a sua relação com a divindade. Um dos traços do herói épico apontados por Miller (2000) é o seu papel de mediador entre o mundo e a divindade. Para Dérive (2002), o herói épico teria objetivos sociopolíticos e a transcendência surge como auxílio ou como obstáculo ao seu cumprimento. No poema de Teixeira e Sousa, o papel de mediador entre a história e a divindade, exercido pelo herói, assume contornos próprios.

O plano divino determina a ação que se passa no plano humano, mas nenhuma consciência disso pelos agentes humanos é claramente revelada. O Anjo dos Destinos apresenta a Pedro o plano de Deus para o Brasil e seu futuro, mas a memória de tal revelação é apagada. A interação entre o plano divino e o humano é unidirecional. O herói concretiza um plano divino, mas não intervém no traçado desse plano, que não depende da sua vontade. Ele pode exercer a função histórica que exerce, mas só chega a essa situação por obra de uma vontade que é superior à sua:

“Consumou-se o Querer da Divindade,
 Que tinha a tua sorte assim marcado;
 Pois p’ra Heroe da Brasilea liberdade
 Tu foste ha longo tempo destinado! (Sousa, 1855: 288)

Mais do que isso: como apreendemos da cena final da revelação, não só a vontade do herói é subordinada ao plano traçado pela divindade como ela deve submeter-se, secularmente, a um pacto com o Brasil, contraindo reciprocamente deveres, definidos numa constituição liberal. Reciprocamente, o Brasil dará a coroa a Pedro, que lhe deu a liberdade: “Si, heis feito tanto pela patria gloria, / Hade a Patria zelar vossa memoria !” (Sousa, 1855: 319).

Os mútuos juramentos do pacto põem o herói sob um condicionamento, e o silêncio do texto sobre o futuro histórico de Pedro pode nos dizer de como a categoria de herói é reversível. Tentado num primeiro momento pelo Despotismo, assim nos mostra o texto, Pedro resistiu. Quanto ao momento seguinte de tentação, que não está no texto, cabe uma elipse sobre aquilo que o público do poema (aí incluído Pedro II, a quem o poeta se dirige no final do texto) já conhece.

O texto apresenta Pedro, portanto, como um herói político que recusa a ação militar, que não só preconiza a palavra como substituto para essa ação, como aceita que ela seja o fundamento da relação do herói com a coletividade, através da norma consensual escrita e baseada em princípios universais, ou seja, um monarca esclarecido. Coisa que ele depois mostraria não ser, mas que, nos anos 1840 e 1850, se esperava de Pedro II. Essa expectativa se reforça, na medida em que o outro fundamento da relação do herói com a coletividade, agora de matriz romântica, partilhado por Pedro é a afetividade, categoria para a qual a família se mostra como modelo.

Bibliografia

- Anônimo. “*A Independência do Brasil*, poema épico do Sr. A. G. Teixeira e Sousa”. *O guanabara*. (1855): tomo IV, 57-64.
- Anônimo (Antônio Gonçalves Dias). “Critica literaria: *A Independência do Brasil*”. *Correio da Tarde*, 21 de janeiro de 1848. 1-3.
- Bakhtin, Mikhail. *Epic and Novel. The Dialogic Imagination: Four Essays*. Ed. Michael Holquist. Trad. de Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981. 3–21. [1941]

- Christians. *Traum von Epos: Romankritik und politische Poetik in Deutschland (1750-2000)*. Friburgo: Rombach Litterae, 2004.
- Dérive, Jean. Qu'est-ce qu'un héros épique?. *L'épopée: unité et diversité d'un genre*. Ed. Jean Dérive. Paris, Karthala, 2002. 133-146.
- Johns-Putra, Adeline. *The History of the Epic*. Londres e Nova York: Palgrave, 2006.
- Krauss, Charlotte; Mohnike, Thomas (Eds.). *Auf der Suche nach dem verlorenen Epos: Ein populäres Genre des 19. Jahrhunderts / À la recherche de l'épopée perdue: Un genre populaire de la littérature européenne du XIXe siècle*. Berlin: Lit Verlag, 2011.
- Labarthe, Judith (ed.). *Formes modernes de la poésie épique: Nouvelles approches*. Bruxelas: Peter Lang, 2004.
- Labarthe, Judith. "Le héros et le rapport à l'Autre". *L'épopée*. Paris: Armand Colin. (2007): 311-321.
- Lopes, Helio. Pedro I e Tiradentes. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1997. 291-298.
- Lukács, Georg. *A teoria do romance: Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. de José Marcos Mariani de Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009. [1920]
- Madelénat, Daniel. "Personages et thèmes: le héros, les dieux et la guerre". *L'épopée*. Paris: PUF, (1986): 51-70
- Miller, Dean A. *The Epic Hero*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002.
- Moretti, Franco. *Modern Epic: The World-system from Goethe to García Márquez*. Londres: Verso, 1996. [1994]
- Neiva, Saulo (ed.). *Déclin et confins de l'épopée au XIXe siècle*. Tübingen: Narr, 2008.
- Nikolova, Irene. "The European Romantic Epic and the History of a Genre". *Romantic Poetry*. Ed. Angela Esterhammer. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins. (2002): 163-180.
- Oliveira, Vanderléia da Silva. *Da crítica literária e da perpetuação do cânone: Teixeira e Sousa nas Histórias da Literatura Brasileira* [Em linha]. [Consult. 23 jan. 2014]. Disponível em WWW:URL:<http://ccp.uenp.edu.br/centros/d_letras/voliveira/txt/ar-vo02.htm>.
- Optimus Criticus (Antônio Gonçalves Dias). "Critica literaria: A Independência rimada". *Correio da Tarde*, 21 de março de 1848. 1-3.
- Optimus Criticus (Antônio Gonçalves Dias). "Critica literaria: A Independência rimada". *Correio da Tarde*, 31 de março de 1848. 1-3.
- Silva, Hebe Cristina da. A circulação de romances de Teixeira e Sousa: Best-sellers do século XIX?. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. [Consult. 08 mai. 2013]. Disponível em WWW:URL:<<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/circulacao.pdf>>.
- Silva, Innocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português* [Em linha]. Tomo oitavo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. Disponível em WWW:URL:<http://books.google.de/books?id=c3sNAAAAQAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>.
- Silva, Joaquim Norberto de Souza e. "Notícia sobre Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa". *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil* [Em linha]. Tomo XXXIX, Parte Primeira, 1876. 197-216. [Consult. 15 dez. 2014]. Disponível em WWW:URL:<http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1876t00392.pdf>.
- Sousa, Antonio Gonsalves Teixeira e. *A Independencia do Brasil: poema epico em XII cantos dedicado, oferecido e consagrado a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II e oferecido ás augustas, viuva e filhas do heroe do poema* [Em linha]. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1847. Disponível em WWW:URL:<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01718610#page/1/mode/1up>>.

Sousa, Antonio Gonsalves Teixeira e. *A Independencia do Brasil: poema epico em XII cantos dedicado, offerecido e consagrado a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II e offerecido ás augustas, viuva e filhas do heroe do poema* [Em linha]. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Empresa Typografica Dous de Dezembro de Paula Brito, 1855. Disponível em WWW:URL<http://books.google.com.br/books?id=Jq4CAAAAYAAJ&dq=a+independencia+teixeira+e+sousa+googlebooks&hl=de&source=gbs_navlinks_s>.

Tucker, Herbert F. *Epic: Britain's Heroic Muse (1790-1910)*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Comissão Organizadora

Elias J. Torres Feijó, Presidente (Universidade de Santiago de Compostela)
Roberto Samartim, Secretário (Universidade da Corunha)
Regina Zilberman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Cristina Robalo Cordeiro (Universidade de Coimbra)
Manuel Brito-Semedo (Universidade de Cabo Verde)

Comissão Científica

Raquel Bello Vázquez (Presidente)
Vogal Editora da Revista Veredas - Grupo Galabra-USC

André Pociña López (Universidad de Extremadura)
Anna Maria Kalewska (Universidade de Varsóvia)
António Firmino da Costa (CIES-IUL)
Axel Schönberger (Goethe-Universität)
Benjamin Abdala Junior (Universidade de São Paulo)
Cândido Oliveira Martins (Universidade Católica)
Cristina Pinto-Bailey (Washington and Lee University)
Cristina Robalo Cordeiro (Universidade de Coimbra)
Ettore Finazzi-Agrò (Università de Roma La Sapienza)
Germana Sales (Instituto de Letras e Comunicação UFPA)
Helena Rebelo (Universidade da Madeira)
Hélio Seixas Guimarães (Universidade de São Paulo)
José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Luís Jobim (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Judite de Encarnação Nascimento (Universidade de Cabo Verde)
Laura Cavalcante Padilha (Universidade Federal Fluminense)
Lourenço Conceição Gomes (Universidade de Cabo Verde)
Lucia da Cunha (Universidade de Santiago de Compostela)
Manuel Brito-Semedo (Universidade de Cabo Verde)
Maria Adriana S. Carvalho (Universidade de Cabo Verde)
Maria Aldina Bessa Ferreira Rodrigues Marques (Universidade do Minho)
Maria da Glória Bordini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Maria Luísa Malato Borralho (Universidade do Porto)
Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University)
Pál Ferenc (Universidade ELTE de Budapeste)
Petar Petrov (Universidade do Algarve)
Regina Zilberman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Roberto Samartim (Universidade da Corunha)
Rolf Kemler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Minho)
Sebastião Tavares Pinho (Universidade de Coimbra)
Sérgio Nazar David (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Thomas Earle (University of Oxford)
Ulisses Infante (Universidade Federal do Ceará)

